

## SERVIÇO SOCIAL: UMA PROFISSÃO A SERVIÇO DOS DIREITOS, DA CIDADANIA E JUSTIÇA SOCIAL

Lenilza vargens de oliveira<sup>1</sup>

**Bárbara Gonçalves Fagundes<sup>2</sup>**

### 1 INTRODUÇÃO

Em sua gênese o Serviço Social representava apenas uma forma da classe dominante, sob os preceitos da Igreja Católica, que exercia domínio sobre a classe empobrecida, representada em sua maioria pelo proletariado. As ações eram caritativas e neutralizantes de direitos. No entanto, o tempo foi passando, as relações sociais foram sendo transformadas e o Serviço Social passou a adquirir outras roupagens, desta vez mais democrática e abrangente. O Serviço Social precisou ao longo dos tempos reformular, reanalisar e readaptar a sua atuação de modo a cumprir as exigências que lhes são impostas por meio da prática profissional.

Atualmente o Serviço Social, está inserido em uma sociedade marcada pela ofensiva neoliberal, que reduz os direitos sociais, limita e restringi a responsabilidade do Estado em relação a tais direitos. Com essa nova característica e/ou roupagem do capitalismo, as manifestações da questão social tornam-se cada vez mais intensas e agravantes. Entre essas manifestações, encontra-se: a miséria, violência, alienação, corrupção, empobrecimento da população, desemprego, homofobia, discriminação de gênero, fome entre outras mais.

Diante da problemática exposta, os direitos, a cidadania e a justiça social surgem como elementos e mecanismos viáveis e mais capazes de transformar a realidade de uma sociedade, uma vez que, quando tais elementos são devidamente exercidos e assegurados, origina sujeitos críticos, participativos e conscientes da sua importância no processo da democracia e desenvolvimento na sociedade a qual estão inseridos. Entretanto, quando esses

---

<sup>1</sup> Bacharel em Serviço Social, pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas. Pós Graduanda em Política Social e Gestão Pública pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas.

<sup>2</sup> Possui graduação em Serviço Social pelo Instituto Doctum de Educação e Tecnologia (2007). Pós Graduação em Psicopedagogia Institucional pela UNIVES. Pós Graduação em Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça pela UFBA. Atualmente é Coordenadora e Professora do curso de Serviço Social da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas - FACISA/BA.

elementos não são corretamente efetivados permite que concepções, estruturas e políticas de mero assistencialismo e precariedade assumam o lugar que deveria ser da emancipação social, econômica e cultural.

Neste contexto de luta por direitos, cidadania e justiça social, o Serviço Social constitui-se em um campo de resgate do protagonismo, transformando os usuários em sujeitos com capacidades de exercer ações potenciais, onde suas práticas devem ser pensadas no conjunto da sociedade, de forma totalizante, na perspectiva de avançar na construção da cidadania e na transposição da subalternidade, enquanto direção social da profissão. O assistente social em sua atuação deverá promover a participação social e política dos sujeitos pertencentes a uma dada sociedade e deverá trabalhar junto à população a dimensão da inclusão social, a dimensão educativa e a dimensão que envolve o trabalho.

A pesquisa “Serviço Social: Uma profissão a serviço dos direitos, da cidadania e justiça social”, foi idealizada e elaborada no intuito de expor qual o novo papel do assistente social após o movimento de reconceituação do Serviço Social, permitindo a visualização do assistente social como agente mediador e transformador da sociedade. Também explicita que o mesmo atua na defesa intransigente dos direitos humanos, sociais, econômicos e políticos, necessitando para isso do apoio incondicional da sociedade, uma vez que o referido profissional atua de forma interdisciplinar na sociedade e pela sociedade. O assistente social não trabalha de forma isolada, sem desconsiderar o contexto e as vivências dos seus usuários, mas sim apreendendo o que está exposto e o que está subentendido, por isso, a necessidade da referida cooperação e compreensão por parte da sociedade.

## **2 O SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO E A QUESTÃO SOCIAL**

### **2.1 TRAJETORIA DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL**

O início do Serviço Social no Brasil teve como marco a Revolução Industrial que ocorreu no final do século XIX, mas precisamente no ano 1930 que ocasionou impactos na estrutura da sociedade em decorrência da mudança radical ocorrida no capitalismo que adquiriu um novo perfil, deixando de lado seu aspecto concorrencial para adquirir sua fase monopolista, sendo as principais vítimas desse sistema as crianças e as mulheres em decorrência da exploração da mão de obra considerada barata, o que motivou ações da Igreja Católica com caráter de caridade (NETTO, 2011).

O processo de industrialização e concentração urbana trouxe várias consequências para a vida dos trabalhadores as quais se pode destacar: o crescimento do número de proletariado vivendo com suas famílias amontoados nos cortiços da época, falta de saneamento básico, insatisfação com a excessiva jornada de trabalho, baixos salários e entre outros.

Os operários insatisfeitos com as precárias situações de trabalho a que eram submetidos, começaram a se organizar através de movimentos sociais visando o ingresso no cenário político o que forçou o Estado a conceder algumas concessões, que foram na realidade manobras para continuar detendo o poder e controlar as massas. Para auxiliar nesse controle criou-se os Agentes Sociais (MARTINELLI, 2009).

A igreja católica recrutava as agentes sociais dentre os membros da classe dominante, fornecendo-lhe uma formação ideológica cristã, com propósitos de atuação baseados na caridade e na repressão. Essas agentes, na maioria jovens da sociedade, atuavam junto as mulheres e crianças com instruções sobre higiene, prendas domésticas, moral e valores normatizados pela doutrina cristã.

A implantação do Serviço Social acontece nessa conjuntura de acirramento do capitalismo e da questão social, o qual ocorre através da iniciativa particular de vários grupos da classe dominante, e da igreja católica que era sua porta voz. Segundo Estevão (2006, p. 17), “a nova profissão seguiu caminhos diferentes em cada país. Para nós (Brasileiros) interessa lembrar como isto aconteceu nos Estados Unidos, pois, como bons colonizadores copiamos os métodos e técnicas deste país durante muito tempo”.

A exemplo disto, o Serviço Social brasileiro teve a influência dos pensamentos da Assistente Social Mary Richmond, que trouxe para a profissão o método de atuação Serviço Social de Casos Individuais. Nesse método as assistentes sociais estudavam e investigavam o meio social da pessoa, a fim de descobrir qual a possibilidade dela se enquadrar a esse meio ou, caso contrário mudaria de meio social. Algum tempo depois um segundo método de atuação: o Serviço Social de Grupo no intuito de se montar os grupos por tipo de problema. Esse método apresentado por Mary Richmonde foi sendo reconhecido gradativamente como forma de atuação do Serviço Social (ESTEVÃO, 2006).

Em 1932 foi inaugurado o Centro de Estudos e Ação Social (CEAS) em São Paulo como primeira iniciativa de formação de Trabalhadoras sociais, baseado no método de ensino da escola Católica de Serviço Social de Bruxelas. Em 1940 surge o Instituto de Serviço Social de São Paulo, outra escola de Serviço. Essa iniciativa partiu da necessidade de levar o

trabalho social para os presídios masculinos, bem como para instituições de internação e correção de menores (MARTINELLI, 2009).

Foi nesse contexto, após a criação das primeiras escolas de Serviço Social, que o governo cria, aos poucos, instituições que vão assumir a assistência social e a existência da profissão no Brasil, ocorrendo à institucionalização do Serviço Social. A criação de tais instituições como o Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS em 1938), a Legião Brasileira de Assistência (LBA em 1942), o Serviço Nacional de Aprendizado Industrial (SENAI em 1942), o Serviço Social da Indústria (SESI em 1946) e a Fundação Leão XIII (1946), possibilitou a inserção do profissional de Serviço Social no mercado de trabalho, ocupando cargos públicos e privados (IAMAMOTO; CARVALHO, 2012).

Nos anos de 1960 o Serviço Social se expande ao assumir as propostas desenvolvimentistas, haja vista que o governo propõe crescimento econômico e estabilidade política. Esse período foi de grande importância para a profissão de Serviço Social, tendo em vista que a partir dele, os profissionais da área se encorajaram em questionar a atuação da categoria e com isso passaram a ser executores de políticas social, aceitando dessa forma o desafio do desenvolvimento (IAMAMOTO; CARVALHO, 2012).

Dessa forma os profissionais reconheceram as intensas contradições ocorridas no exercício profissional, e passaram a questionar seu papel na sociedade, procurando levar a profissão a romper com a alienação ideológica a que se submetera. Seus anseios voltavam-se para a busca da identidade profissional do Serviço Social e sua legitimação no mundo capitalista.

## 2.2 QUESTÃO SOCIAL: CONCEITO E CONTEXTUALIZAÇÃO

A questão social é colocada, na nova proposta de reformulação curricular do Serviço Social, como objeto de trabalho do assistente social. Por isso se torna importante resgatar a concepção de questão social e como a mesma se forma e se transforma ao longo dos anos.

Por volta do ano de 1930, século XIX na Europa Ocidental surge à questão social como termo dado ao conjunto de manifestações e/ou expressões das desigualdades impostas por uma sociedade capitalista. A questão social constitui-se em volta a profundas transformações oriunda da revolução industrial, transformações de cunho econômico, social, político que se processavam no referido continente ao processo de industrialização. Tal revolução ocorreu no século XVIII na Inglaterra e trouxe dentre tais modificações o desenvolvimento do capitalismo e as manifestações da questão social (IAMAMOTO, 2012).

Através do processo de produção capitalista os operários passaram a participar da sociedade mercantil, no entanto, não adquiriram o direito de participar da sociedade política. Esse quadro representava o surgimento da classe burguesa, que por sua vez, excluía todo o tipo de direito seja social, econômico ou político que o operário viesse a ter.

A partir da Revolução Industrial e desenvolvimento do capitalismo, houve profundas e intensas transformações nas condições de vida do trabalhador (que passou a ser chamado de operário), um aumento significativo no êxodo rural acarretando o surgimento de diversos problemas sociais causados pelas péssimas condições de vida em que tais trabalhadores se encontravam, dos quais se destacam: as más condições de trabalho, salários baixos, jornada de trabalho estafante onde os trabalhadores não possuíam nenhum direito. Os mesmos não se apropriavam dos bens produzidos e sim apenas vendiam sua força de trabalho tornando-se um indivíduo alienado.

Com o passar do tempo os trabalhadores começaram a se organizar e a lutar pelos seus direitos sociais e políticos. Alguns desses direitos eram: redução da jornada de trabalho, melhores condições de trabalho, direitos a organização entre outras. Dessa luta provida pela classe proletariada em busca da consolidação dos direitos sociais e políticos surgem o desdobramento da questão social (IAMAMOTO, 2012).

O desdobramento da questão social é também a questão da formação da classe operaria e de sua entrada no cenário político, da necessidade de seu reconhecimento pelo Estado e, portanto, da implementação de políticas que de alguma forma levem em consideração seus interesses (IAMAMOTO; CARVALHO, 2012, p. 135).

No Brasil, o acirramento da questão social processou-se principalmente a partir da década de 30, pois a mesma já era visível no país, no entanto, de uma maneira mais local e definida. A década de 30 representou a passagem do sistema agrário comercial, profundamente ligado ao capitalismo internacional para o sistema urbano- industrial direcionado para o mercado interno.

Os trabalhadores brasileiros assim como os ingleses, vivenciaram condições precárias de trabalho e de vida, tais como: salários baixos, jornada de trabalho longa e extenuante, condições insalubres de trabalho e moradia, rígida disciplina de trabalho entre outras mais. Ressalta-se portanto que o agravamento da questão social no Brasil, assim como nos demais países, esteve ligado a expansão do sistema capitalista e as mudanças impostas pelo mesmo (IAMAMOTO, 2007).

É importante salientar que com o passar dos anos, a estrutura de acumulação de capital e desenvolvimento da sociedade num contexto geral foi sendo transformado, toda via, na sua base, ainda prevalece a contradição entre o capital e o trabalho.

### 2.3 A NOVA ROUPAGEM DO SERVIÇO SOCIAL

O processo de renovação do Serviço Social foi gestado no contexto da ditadura militar, caracterizado pela falta de democracia, suspensão dos direitos constitucionais, censura, concentração de renda, perseguição política e repressão a todos que eram contra o regime militar. Esse conjunto de fatores foi determinante na geração de certa agitação dos assistentes sociais quanto o seu papel profissional mediante as expressões da “questão social”. Os profissionais se reuniram intrinsecamente questionando a metodologia da profissão e o método importado que fundamentava sua prática. A atuação profissional passa a ser questionada quanto a sua eficácia mediante a realidade social brasileira apresentada.

O movimento de reconceituação do Serviço Social constitui-se no rompimento com o conservadorismo que era intrínseco a profissão, tornando-se em um movimento de crítica ao positivismo, onde os assistentes sociais eram considerados apenas como meros técnicos profissionais. Com o movimento de reconceituação, o Serviço Social se torna uma profissão laica do ponto de vista operacional e técnico, pois rompe os laços com a igreja. Desvincula-se da ideologia paternalista e assistencialista, e passa a ser um profissional capacitado inserido na divisão sócio-técnica do trabalho.

Nesse processo de ruptura do serviço social é importante elencar alguns documentos produzidos pela categoria, que foram de suma importância na consolidação dessa nova roupagem do Serviço Social.

No documento do Congresso 1967 realizado em Araxá/MG, foi projetada a perspectiva modernizadora. Nele fica elencado a necessidade da busca do desenvolvimento associado à promoção humana, através da conscientização da população, embasada na Declaração Universal dos Direitos Humanos (NETTO, 2011).

Cinco anos mais tarde, em 1972, no encontro de Teresópolis/RJ, foi aprovada uma nova metodologia de ensino para formação de assistentes sociais, aferindo cientificidade ao curso com a introdução das disciplinas: Planejamento, Administração, Estatística, Política Social, Economia e Sociologia (NETTO, 2011).

Em 1978, no encontro no Centro de Sumaré/RJ foi dada a continuidade aos estudos da teorização do Serviço Social, realizado em 1967, com o Documento de Araxá.

O Movimento de Reconceituação nasce pautado na fundamentação da visão marxista e na busca de um novo posicionamento frente à questão social e suas múltiplas facetas.

No III Congresso Brasileiro de Assistentes Social em 1979, conhecido como “congresso da virada” o significado desse movimento teve sua marca. A mesa da solenidade de abertura composta por autoridades governamentais foi desfeita e recomposta por representantes das organizações populares, demonstrando claramente a ruptura com o conservadorismo e revelando os novos companheiros do Serviço Social brasileiro (SILVA, 2011).

Dessa forma em 1982, uma nova proposta curricular foi introduzida fundamentada na teoria de Marx e seu materialismo histórico-dialético, pois o Assistente social atua nas sequelas que as contradições da relação capital e trabalho produzem (NETTO, 2011).

Tais contradições são ainda percebidas e perpassadas no Brasil contemporâneo pelos princípios neoliberais. O neoliberalismo, por sua vez, representa uma ideologia que prima pela restrição de atuação do Estado sobre a economia e supervalorização a acumulação do capital. Dessa forma, intensificam-se as manifestações da questão social e ate mesmo propicia o surgimento de novas facetas para referida questão, que se configura com a ampliação do fazer profissional na sociedade capitalista madura trazendo consigo a degradação do trabalho, a perda e o desaparecimento de muitas categorias e postos de trabalho.

Todo esse contexto acima citado envolvendo a questão social constitui-se a matéria prima do Serviço Social. As variadas manifestações da referida questão social é o objeto de trabalho do assistente social em sua pratica diária. Vale ressaltar que essas tais manifestações vão se firmando como objeto profissional do assistente social na medida em que as mesmas saem do nível da percepção sensorial para o nível de problematização, avaliação e busca de soluções.

### **3 A NOVA POSTURA ÉTICO-POLÍTICA DO ASSISTENTE SOCIAL APÓS MOVIMENTO DE RECONCEITUAÇÃO**

#### **3.1 PROJETO ÉTICO POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL**

O Assistente Social na contemporaneidade tem sua atuação voltada, no resgate do protagonismo dos sujeitos sociais, transformando-os em pessoas potencialmente revolucionários na luta por um processo de construção coletiva dos direitos, cidadania e justiça social. Nesse contexto de lutas e construções de processos emancipatórios o Serviço

Social atua como co-participante na construção de tais processos e como profissão interventiva e comprometida com os interesses da classe popular.

Ao longo de sua trajetória o assistente social obteve muitos avanços no seu fazer profissional. Estes avanços se devem a incorporação da teoria e do método (materialismo histórico dialético) de Marx, na análise crítica e reflexiva das transformações sociais, econômicas, cultural e política. Esse método consiste em um objeto real que é a existência do ser humano. Este deve ser avaliado e analisado a partir do contexto histórico e social a qual vive, considerando as constantes transformações ocorridas em sociedade, dando destaque a luta entre as contradições (IAMAMOTO, 2007).

Foi a partir da introdução da tradição marxista ao Serviço Social que a profissão começa desenvolver saltos importantes. O método de Marx forneceu aos assistentes sociais um embasamento teórico e metodológico para orientar suas ações. A partir da inclusão desse método que os profissionais desenvolveram instrumentos para transformar a realidade a qual estão inseridos levando em consideração o processo histórico vigente, trabalhando com fatos reais e as contradições da realidade social.

Com o direcionamento do Serviço Social voltado para o método do Marxismo, à relação teórico-prática desses profissionais voltou-se para uma ação interventiva como formas de produção do conhecimento das relações sociais que liga sujeito, objeto e teoria. Para melhor entender essa relação dialética é preciso levar em conta a totalidade como uma perspectiva histórica, visto que ela é contínua e, portanto, contraditória (IAMAMOTO, 2007).

Através da referida teoria, os profissionais precisaram repensar suas estratégias de atuação diante tais transformações ocorridas na sociedade que afetam os trabalhadores. Este repensar proporcionou a categoria a construção um projeto profissional atribuindo ao assistente social um perfil crítico e inovador, comprometido com os interesses da classe trabalhadora. Este projeto consolidou-se nos anos 90 e está em construção, fortemente tencionado pelos rumos neoliberais da sociedade e por uma nova roupagem no seio da profissão nos dias atuais.

Com as transformações ocorridas no mundo contemporâneo a categoria dos assistentes sociais faz a clara opção por uma nova direção social, que ficou referendada e materializada no Projeto Ético Político, através dos princípios do Código de Ética (1993), da Lei de Regulamentação da Profissão (8662/93) e das Diretrizes Curriculares (1996).

O Código de Ética Profissional do assistente social criado em 1993 representa um importante avanço para categoria. O mesmo expressa princípios que abordam o Projeto Ético Político de Serviço Social, tendo entre eles a defesa da liberdade como eixo fundamental do

ser humano. Através do mesmo, o profissional de Serviço Social pode assumir um compromisso radical com a defesa intransigente dos direitos humanos, bem como o aprofundamento e a consolidação da cidadania, da justiça social e da democracia, bem como a efetivação dos direitos humanos entre ações de cunho social e emancipador.

Trabalhar regido pelo Código de Ética Profissional é permitir por meio de uma atuação crítica, responsável e consciente a universalização do acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais. É permitir a garantia da qualidade dos serviços oferecidos aos usuários, bem como promover a publicitação dos recursos institucionais (CFESS, 2012).

A Lei que regulamenta a profissão do Serviço Social 8.662/93 traz em seu arcabouço as condições para o exercício profissional. Tais condições são circunscritas por atribuições e competências privativas ao assistente social que se firmaram nos limites das múltiplas manifestações da questão social, necessitando assim de uma base teórico-metodológico ampla, bem como o comprometimento ético-político e também o saber técnico-operacional.

As Diretrizes Curriculares representam a sistematização dos debates desenvolvidos nas décadas de 1960 e 1970, pela categoria profissional, polarizados pela disputa de projetos políticos profissionais, da qual conquistou a hegemonia a Vertente de Intenção de Ruptura que orientou a fundamentação teórico-metodológica desta proposta. A proposta das Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social apresenta como eixo central a “questão social” compreendendo como elemento que dá concretude à profissão, ou seja, a formação profissional tem como objetivo capacitar e orientar os profissionais para intervir nas expressões da “questão social formulando e implementando proposta para o enfrentamento por meio de políticas sociais públicas, empresariais, de organizações da sociedade civil e movimentos sociais” (CFESS, 2013).

Dessa forma, a legitimação do projeto profissional exige dos assistentes sociais uma análise crítica e rígida da realidade na qual se insere. Além de captar o que está por detrás das demandas trazidas pelos usuários. Os profissionais devem fazer deste projeto uma orientação efetiva para a direção das ações profissionais. Para tanto, se faz necessário articular as dimensões organizativas, acadêmicas e legais que lhe atribuem sustentação com a realidade do exercício profissional cotidiano. É necessário que os assistentes sociais demonstre nas situações com que se defrontam diariamente, a viabilidade deste projeto e seu potencial renovador na afirmação dos direitos sociais e busca da efetivação da cidadania e justiça social dos usuários.

## 4 SERVIÇO SOCIAL: UMA PROFISSÃO A SERVIÇO DOS DIREITOS, DA CIDADANIA E DA JUSTIÇA SOCIAL

### 4.1 ASSISTENTE SOCIAL: UM AGENTE MEDIADOR E TRANSFORMADOR NO MUNDO CONTEMPORÂNEO

Como pôde ser visto anteriormente, o Serviço Social surge sendo definido a partir da aliança feita entre Estado/Igreja Católica/empresariado. Porém, apesar de a profissão ter um histórico de práticas de adaptação de sujeitos à ordem que era de cunho moralizante e conservador, a partir da década de 1970 tais práticas começaram a mudar se modelando dentro da linha marxista defendido pelos teóricos da área (SILVA, 2011).

Esse processo exigiu dos profissionais novas respostas, provocando assim o redimensionamento das abordagens em torno do Serviço Social. Edificou-se, conforme afirma Iamamoto (2007), um projeto inovador e crítico, fundamentado em três dimensões essenciais para o domínio crítico da profissão, atribuindo-lhe status de competência profissional, a saber: as competências ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa.

Na contemporaneidade, o Serviço Social se volta especificamente para o trabalho e para os trabalhadores, sobretudo para os aspectos associados à conquista de direitos a fim de promover maior equidade social. Dessa forma a profissão se depara na atualidade com uma nova perspectiva acadêmico-profissional e também social.

Para o assistente social através de sua atuação conseguir a consolidação, bem como legitimação dos direitos sociais, da cidadania e justiça social em uma nova ordem societária democrática, é preciso que este profissional saiba coordenar, conduzir, identificar e mediar às três condições básicas (que estão intimamente relacionadas) para a emancipação dos sujeitos sociais. São elas:

- **Autonomia:** expressa em um indivíduo autônomo e nas contradições presentes nas relações sociais: Busca tornar os cidadãos de uma forma geral capazes de gerir estratégias de ação e de enfrentamento para com as desigualdades, bem como de construções coletivas a fim de transformarem ou até mesmo superarem velhas políticas firmadas que impedem o desenvolvimento social do sujeito.

- **Democracia política:** refere-se à distribuição do poder nos aspectos socioeconômico-cultural, uma vez que a cidadania está intrinsecamente relacionada ao usufruto de bens e serviços a participação na estrutura política, econômica e cultural.

- **Desenvolvimento:** defender um desenvolvimento econômico que contemple e, por sua vez, favoreça a distribuição de renda e elevação da qualidade de vida dos indivíduos enquanto sujeitos de direito.

É essencial que o assistente social também trabalhe na socialização de informações e processo reflexivo, como também na potencialização dos sujeitos coletivos. A luta pela garantia do direito livre à informação e ao conhecimento constitui um pilar decisivo no fortalecimento dos direitos do cidadão, transformadores de sua realidade. A potencialização caracteriza-se por ações socioeducativas, buscando despertar nos usuários das políticas sociais públicas, uma consciência crítica sobre as formas de alcançar seus direitos, mediante a interação e ocupação dos espaços dinamizadores e ativadores como conselhos, conferências, fóruns e outros.

É de fundamental importância a participação da sociedade debatendo junto às organizações, dialogando com o Estado e realizando o controle social. Este controle contribui para a democratização da gestão pública, através do envolvimento de diversos atores da sociedade, cada qual com suas necessidades e interesses específicos. Essa participação acrescerá no nível de oferta e de qualidade dos serviços e também na fiscalização e aplicação dos recursos públicos (VASCONSELOS, 2008).

Portanto, diante desse processo permeado de reflexões críticas em relação ao mundo contemporâneo, que se coloca o profissional de Serviço Social, com a função de lidar no cotidiano com as expressões da questão social, em busca de efetivar os direitos humanos e consolidar a cidadania e justiça social, fundamentando-se e embasando-se em seu arcabouço jurídico – Código de Ética do Assistente Social (1993), a lei da regulamentação da profissão (Lei nº 8.662/93) e as Diretrizes Curriculares Norteadoras da Formação Acadêmica (CFESS, 2013).

#### 4.2 O SERVIÇO SOCIAL E OS SEUS DESAFIOS E POSSIBILIDADES NO MUNDO CONTEMPORÂNEO

No Brasil, o Serviço Social passou por diversos processos de adequação e reestruturação devido às constantes mudanças no contexto social, político, econômico e cultural. Essas constantes mudanças contribuíram para dificultar e/ou impedir a viabilização dos direitos humanos e conseqüentemente a efetivação da cidadania e justiça social perante a sociedade civil. Atualmente o Estado atua sobre a questão social através de políticas focalizadas na pobreza. “Vive-se uma tensão entre a defesa dos direitos sociais e a

mercantilização do atendimento às necessidades sociais, com claras implicações nas condições e relações de trabalho do assistente social” (IAMAMOTO, 2007, p.27). Verifica-se a precarização das políticas sociais e dos direitos por causa da ofensiva neoliberal e seu progressivo processo de exclusão social.

É a partir da focalização e precarização das políticas públicas que são colocados novos desafios aos assistentes sociais, e dentre esses novos desafios pode-se destacar o agravamento da questão social provida pelo neoliberalismo, à falta de recursos financeiros e materiais, aprofundamento das desigualdades sociais, exclusão social, desemprego, inflação, empobrecimento da população entre outros.

A demais entre esses desafios também se encontra a dificuldade dos profissionais de Serviço Social em materializar e legitimar o projeto ético-político que remete a constante busca por uma nova ordem societária e que tem a liberdade como valor ético central, o compromisso com a autonomia, emancipação e a expansão dos direitos sociais (CFESS, 2013).

A análise dos desafios postos ao Serviço Social na contemporaneidade não pode ser desvinculada das transformações societárias na qual a precarização no mundo do trabalho, a flexibilização, a terceirização, os contratos temporários, a subcontratação atingem diretamente o trabalho assalariado do assistente social, assim como as relações e condições de trabalho na esfera estatal. Com o avanço do ideário neoliberal há o aumento de programas e projetos focalizados e seletivos, retornando à cena práticas filantrópicas e voluntaristas, distantes do princípio de universalização dos direitos sociais (IAMAMOTO; CARVALHO, 2011).

É importante que a categoria reflita as novas demandas colocadas ao Serviço Social, pois essas exigem o fortalecimento dos referenciais teórico-metodológicos e prático-operativos, assim como o reconhecimento de novas mediações, que são necessárias para responder às expressões da questão social. Refletindo sobre as novas demandas e apreendendo a realidade posta, o assistente social perceberá novas possibilidades de demanda e atuação, podendo transformá-las segundo sua intencionalidade e instrumentalidade em novos espaços e perspectivas para o exercício profissional (SOUZA, 2012).

Nas atividades profissionais, há demandas fundamentais relacionadas às precisões sociais dos sujeitos, que sendo impostas pelas lutas sociais e relações de poder, se transformam em demandas profissionais, re-elaboradas na ótica dos empregadores no embate com os interesses dos usuários que recebem os serviços profissionais. No entanto, ainda que os Assistentes Sociais disponham de uma relativa autonomia na condução de suas atividades, os empregadores articulam um conjunto de condições (as correlações de força), que intervêm

no exercício profissional, e condicionam a probabilidade de realização dos resultados cogitados, estabelecendo assim em que condições sociais devem ocorrer à materialização do projeto profissional do Serviço Social.

Tal questão se explica pelo fato de que o assistente social vende a sua força de trabalho especializada aos empregadores, tornando-os assim um trabalhador assalariado inserido em precárias condições de trabalho o que coloca ainda mais obstáculos para o exercício profissional (IAMAMOTO; CARVALHO, 2011). No entanto, sua atuação pode e deve ser visualizada por meio de pesquisas, análises da realidade social, bem como por meio da formulação, execução e avaliação dos serviços, programas e políticas públicas sociais, onde a sua principal meta é a ampliação a defesa dos direitos humanos, cidadania e a justiça social. A demais cabe ao assistente social a partir de uma postura propositiva, traçar uma intervenção profissional que atenda prioritariamente aos interesses da população usuária.

O cotidiano profissional dos assistentes sociais está repleto de contradições sociais, exigindo que o mesmo assuma um posicionamento firme e coerente com a sua dimensão ético-normativa e político. O mesmo deve também almejar e buscar na prática cotidiana a humanização do referido campo, utilizando para isso da interdisciplinaridade para poder haver a troca de saberes e experiências a serviços de objetivos comuns. Salienta-se, mesmo em tempos modernos como esses, por muitas vezes o assistente social confronta-se com o desconhecimento do usuário, bem como de outros profissionais a respeito da atuação e atribuições concernentes ao assistente social. A sua atuação é por vezes ainda confundida com o trabalho benéfico e assistencialista.

Outra questão referente aos desafios do assistente social esta relacionado a qualificação profissional, que tem repercussões na categoria profissional e no processo de formação continuada. Yazbek e Raichelis (2008) aponta que são três as principais questões referentes a essa temática: a mercantilização e a precarização do ensino, o ensino a distância e o exame de proficiência para os recém-formados.

Nesse sentido é necessário enfatizar a importância do desenvolvimento da pesquisa na esfera do Serviço Social, que possibilitara aos profissionais o auxílio para uma prática de qualidade, posto que, permite a produção do conhecimento, bem como, abri caminhos para descortinar a realidade caótica, favorecendo a prática profissional.

Compreender as transformações da sociedade é também perceber que o Serviço Social precisa responder e antecipar essas novas demandas, e para isso os espaços de atuação do assistente social exigem um profissional cada vez mais qualificado e especializado, que analise criticamente a realidade social e que faça uso das mediações no exercício profissional,

que seja um profissional não apenas interventivo, mas também propositivo e pesquisador diante dessas demandas, que venha defender a constituição de um novo modelo societário, pautado na distribuição igualitária da riqueza social. Para que isso aconteça é preciso estimular o processo de conscientização política dos usuários das políticas públicas no desenvolvimento dos programas e projetos. É importante realizar o atendimento priorizando a qualidade, e refletir sobre os instrumentais utilizados na intervenção profissional. Esses são considerados requisitos necessários para inserção, permanência e identificação de novos espaços de ocupação deste profissional no mercado de trabalho.

Cabe ao conjunto coletivo da categoria tomar para si a responsabilidade em compreender e enfrentar todo esse contexto desafiante do qual os assistentes sociais vivenciam. Por isso, compete as unidades de ensino, de pesquisa, de organização e representação dos assistentes sociais, oportunizar espaços (para estudantes e profissionais) de formação e reflexão que possibilitem desvendar e construir estratégias de enfrentamento das múltiplas determinações impostas ao Serviço Social na contemporaneidade.

## **5 METODOLOGIA**

### **5.1 TIPO DE PESQUISA**

O presente trabalho foi desenvolvido por meio de uma pesquisa bibliográfica exploratória, conforme Goldenberg (2011, p. 105), “metodologia significa, etimologicamente, o estudo dos caminhos a serem seguidos, dos instrumentos usados para se fazer ciência. A metodologia faz um questionamento crítico do objeto científico, problematizando a relação sujeito-objeto construído”.

### **5.2 COLETA DE DADOS**

Para elaboração desta pesquisa foi utilizado como fontes, livros, artigos, dissertações, revistas sites de busca específicos como CFESS. Inicialmente foi feita a leitura de reconhecimento do material bibliográfico para localizar e selecionar o material que poderia fornecer informações referentes ao tema; em seguida foi feita uma leitura exploratória para verificar se o material selecionado de fato era relevante para analisar o perfil profissional; sucessivamente veio à leitura reflexiva onde foi feita uma análise crítica do que estava sendo lido orientando-se é clara por critérios determinados a partir do ponto de vista do autor da

obra, tendo como finalidade ordenar e sintetizar as informações ali contidas. Por fim foi realizada a leitura interpretativa onde se procurou relacionar as ideias expressas nas obras com o problema para o qual se buscou soluções. Esta pesquisa pretende permitir um reforço paralelo entre o que já se sabe sobre o tema, bem como a manipulação das suas informações proporcionando a construção de um novo saber.

## **6 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A cidadania funda-se como um dos pilares mais relevantes do moderno Estado de bem-estar (que objetiva harmonizar os direitos sociais com os direitos individuais) no Brasil, sendo um importantíssimo norteador e inspirador das políticas públicas sociais. No contexto brasileiro, a mesma pode ainda ser assimilada como o devido e concreto exercício dos direitos fundamentais previstos e defendidos pela Constituição Federal de 1988.

A justiça social defende o respeito à igualdade de todos os cidadãos, objetivando manter a ordem social através da preservação dos direitos em sua forma legal. Consiste no compromisso de parte do Estado para compensar as desigualdades que surgem no mercado e em outros mecanismos da sociedade.

Os direitos sociais são resultados de movimentos de lutas sociais e buscam fazer com que o Estado visualize, compreenda e intervenha nas demandas e necessidades produzidas socialmente a partir do modo de produção capitalista como forma de combater as expressões da questão social. Por um lado são concebidos como uma concessão do Estado, pautados no favor e na luta (criando “súditos” ao invés de cidadãos) com foco na acumulação e reprodução capitalista, por outro lado, como conquista na qual o referido Estado legitima e considera as demandas populares.

Diante o contexto explicitado, o assistente social precisa na sua prática cotidiana defender o avanço e a consolidação da ordem democrática para a sociedade no qual está inserido e se faz mediador de saberes e políticas, buscando, portanto, o reconhecimento da generalização de direitos dos homens e mulheres considerados como iguais. Um dos papéis desenvolvidos pelo assistente social pela defesa dos direitos, promoção e consolidação da cidadania e justiça social, é de conduzir o usuário dos seus serviços à compreensão de que a miséria e a desigualdade que impera na sociedade como um todo é um fenômeno social e não algo individual, isolado. Também é o de estimular aos mesmos cidadãos a se articularem entre si e de acordo com seus respectivos interesses, para desta forma lhes conceder e oportunizar um poder de interlocução para as devidas demandas corretamente politizadas, representando

assim um processo de construção coletiva e de concretização e efetivação das práticas participativas.

Salienta-se que o assistente social enquanto profissional, não realiza a negação da sua condição enquanto sujeito inserido numa dada sociedade, ou seja, enquanto cidadão. O que o diferencia dos demais é a preparação para enfrentar o desmonte do Estado e negação dos direitos. O simples fato dos direitos existirem na constituição não garante que os mesmos serão efetivados e concretizados, haja vista existir uma profunda lacuna entre o direito escrito no papel e o direito efetivamente materializado. É nessa realidade que o assistente social atuará procurando fazer as mudanças cabíveis.

Dentre todos os resultados esperados para a realização e concretização da referida pesquisa o que se destaca é a busca através do comprometimento do assistente social explicitado na obra em promover o surgimento de manifestações de novas identidades, bem como de novas representações envolvendo a questão social e as suas variadas facetas. Pois, a consolidação do direito, da cidadania e da justiça social está relacionada ao fato de os indivíduos se tornarem sujeitos sociais.

Ser um sujeito social implica em possuir poder de pressão que torne possível desenvolver papéis políticos fundamentais para a transformação das necessidades sociais existente em direitos realmente consolidados e não meramente ilustrados. Também é possuir condições de inserir tais necessidades e/ou demandas nas agendas públicas nos espaços decisórios com a finalidade de legitimá-las, politizá-las e consolidá-las.

## **7 CONCLUSÃO**

Em toda sua extensão essa pesquisa apresentou importantes considerações em relação à atuação do assistente social na perspectiva de consolidar direito, cidadania e justiça social, bem como expôs as contradições e dilemas oriundos da questão social. Foi possível abordar ao longo da pesquisa a ligação e o compromisso do Serviço Social com a concretização real dos direitos de cada cidadão, levando o leitor a visualizar o assistente social como um agente transformador e necessário nesse processo de emancipação do usuário como um sujeito portador de direitos.

Na atualidade, sob o regime do neoliberalismo há uma regressão no que diz respeito aos direitos dos cidadãos. Essa realidade pode ser observada ao constatar a inexperiência ou mesmo a ineficiência de políticas em relação à concretização dos direitos humanos, econômicos, culturais e sociais. Dessa forma é imprescindível uma intervenção que venha

representar um combate a esse novo sistema de exploração pautado no slogan de desenvolvimento e independência.

O assistente social exerce um importantíssimo papel na defesa dos direitos e efetivação da cidadania e justiça social, uma vez que possui a sua atuação profissional embasada por um código de ética, que por sua vez, defende, acima de tudo, a emancipação do indivíduo à uma condição de cidadania de direitos. Para tanto, foi mencionado nesta pesquisa a necessidade de uma atuação livre do imediatismo, tradicionalismo, bem como o afastamento de toda e qualquer atuação meramente burocrática e repetitiva.

Os usuários do Serviço Social precisam ser auto-afirmados como atores indispensáveis para o controle, debate, fiscalização, formulação e efetivação das políticas públicas sociais a si destinadas, pois, isso faz parte do exercício da cidadania. Os mesmos não devem se firmar apenas como receptáculos das beneficências concedidas por um Estado que cada vez mais sofre um desmonte por causa do ideário neoliberal, porque isso seria perpetuar um atrofiamento da própria condição social, econômica e política.

Dessa forma, o Serviço Social deve apreender as novas mediações pelas quais se expressa a questão social, projetar e forjar formas de resistência atribuindo transparência as iniciativas de reversão ou enfrentamento as suas expressões, através de respostas profissionais sustentáveis e que favoreçam o exercício da cidadania. Através da real e consciente manifestação, como também atuação dos cidadãos enquanto sujeito social pode-se enfim, ver instaurado e consolidado a cidadania e a justiça social na sociedade.

## REFERENCIAS

BRASIL. **Código de Ética do Assistente Social**: Lei 8.662/1993 de regulamentação da profissão. 10 ed. Brasília: Conselho Federal do Serviço Social, 2012.

CFESS. **Código de Ética Profissional**. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/>. Acesso em 30 Mar. 2013.

ESTEVAO, Ana Maria Ramos. **O que é serviço Social**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisa**: como fazer pesquisa igualitária em ciência sociais. 12 ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.

EU IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade**: Trabalho e formação profissional. 12 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

\_\_\_\_\_. **Relações Serviço Social em tempo de capital**. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**. 36 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: Identidade e alienação**. 13 ed. São Paulo, Cortez, 2009.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

\_\_\_\_\_. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64**. 16 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SANTOS, Josiane Soares. **“Questão Social”**: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012- (Coleção biblioteca básica de serviço social; v.6).

SILVA, Maria Ozanira da Silva. **O Serviço Social e o Popular**: Resgate teórico metodológico do Projeto Profissional de Ruptura. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SOUSA, Charles Toniolo de. A prática do assistente social: conhecimento, instrumentalidade e intervenção profissional. In: **Revista Emancipação**, Paraná, v. 8, n. 1, 2008. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao/article/viewFile/119/117>>. Acesso em: 5 mar. 2010.

VASCONSELOS, Joana Fernandes. **O serviço social**: entre a prática e a clínica como exercício profissional. 2008. 93 fls. Monografia. Curso de Bacharel em Serviço Social. Universidade federal do Rio de Janeiro Centro de filosofia e Ciências Humanas. Escola de serviço social. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.ess.ufrj.br/monografias/105139253.pdf>. Acesso em 15 Set. 2013.

YAZBEK, M. C., Martinelli, M. L., & Raichelis, R. (2008). **O Serviço Social brasileiro em movimento**: fortalecendo a profissão na defesa de direitos. *Serviço Social e Sociedade*, n.95.